



## A PAIXÃO DE MAQUIAVEL

## THE MAQUIAVELLI PASSION

*Angela Inês Liberatti<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O trabalho é uma reflexão sobre a obra *O Príncipe* de Maquiavel, considerado pelos seus comentadores como primeiro analista da política e do Estado Moderno. Utiliza o método proposto por Michel Foucault da genealogia, que nos permite afirmar que os elementos apontados como novos na obra do florentino são os mesmos temas já discutidos no período da baixa Idade Média. A importância de Maquiavel está menos nos conselhos dados ao governante para se manter no poder que são, em alguns aspectos, conservadores porque dão continuidade à elementos como a manutenção do território, o controle da população e a necessidade de força militar próprias, e mais na sua prática como cidadão, a qual mostra a construção e novidade da cidadania renascentista.

**Palavras-chave:** Política; Estado Moderno; Maquiavel; Cidadania Renascentista

**ABSTRACT:** The work is a reflection on the work *The Prince of Machiavelli*, regarded by his commentators as the first analyst of modern politics. It uses the method proposed by Michel Foucault's genealogy, which allows us to state that the elements indicated as new in Florentine work are the same issues already discussed in the low period of the Middle Ages. The importance of Machiavelli is least in the advice given to the minister to stay in power, which is in some aspects considered conservative because it gives continuity to the elements such as the maintenance of the territory, the population control and the need to

---

<sup>1</sup> Professora de Ciência Política, no curso de Direito e de História do Brasil e História da África no curso de História; coordenadora da área de Licenciatura do Centro Universitário Toledo. Mestre e Doutoranda pela PUC-SP em Ciência Política.

own military force, and more in his practice as a citizen that shows the construction and novelty of Renaissance citizenship.

**Key Words:** Politics; Modern State; Genealogy; Machiavelli; Renaissance Citizenship.

## INTRODUÇÃO

Nicolau Maquiavel é, com certeza, um homem conhecido. Transformou-se, além de um autor obrigatório no estudo da história, da política e do Estado contemporâneo, em verbete de dicionários onde o termo maquiavélico é sinônimo de políticos desprovidos de boa fé, traiçoeiros ou velhacos. Em sua obra mais conhecida, *O Príncipe*, carta endereçada a um rival político, relata as habilidades necessárias para que o príncipe mantenha seu território e governo.

O autor, mais comentado do que lido, foi um dos grandes escritores da Renascença italiana. Sua obra, referência mundial nos meios universitários, tornou-se mais grandiosa que o homem, foi comentada e excluída pelo pensamento dogmático da Igreja Católica que o coloca no *Index Librorum Prohibitorum* da Contra Reforma religiosa em 1559, pelo papa Paulo IV. Produziu efeitos pelos comentários ao longo dos séculos, desde Rousseau, Napoleão Bonaparte até Mussolini e Gramsci, dentre outros.

Culto, viajou pela Europa e foi um observador atento dos acontecimentos tempestuosos da passagem do século XV para o XVI. Apesar de defender a república e a liberdade do povo de Florença, sua cidade natal, foi estudioso da história e um realista que viu no poder de um príncipe a solução para os problemas da cidade, entendidos como a necessidade de se constituir um governante que conseguisse se manter no poder e produzir efeitos positivos com sua prática política. Esses efeitos são pensados no contexto do território italiano, dividido em reinos rivais, que facilitava o domínio por outros países europeus, cujos monarcas almejavam ampliar seus territórios. Assim, a Itália dividida era presa fácil para os grandes exércitos nacionais como o francês e espanhol, entre outros. (MAQUIAVEL, 2004).

O artigo trata de uma genealogia, método proposto por Michel Foucault, que abandona a análise da continuidade para buscar o que de emergência encontramos na leitura da obra de Maquiavel. Entendemos que a novidade do texto, que inaugura a leitura

do Estado Moderno, é a proposta de cidadania introduzida pelo autor e não a proposta de manutenção de território, a arte de governar do príncipe, como faz a análise da política tradicional.

## 1. CONTEXTO

Florença era uma cidade singular, pela forma como se constituiu desde uma comuna medieval enriquecida até a formação de uma república exemplar e politicamente livre, em alternância com uma senhoria, regime político onde ricos governantes financiavam a cultura e a arte. “As famílias dos mais ricos burgueses dispõem então, em Florença, de dois tipos de moradias. Os palácios recentes são de longe os mais prestigiosos e contrastam por seu tamanho e por sua localização com o conjunto das moradias burguesas” (DUBY, 1990, p. 166). Tais construções modernizam as formas de vida e exigem novos traçados e técnicas, atraem profissionais de muitos tipos que estimulam a vida urbana e fazem circular novos saberes.

A vida política da cidade experimentou práticas republicanas em um momento em que ricas famílias burguesas, enobrecidas pela compra de títulos nobiliários ou pelo casamento entre seus filhos e uma nobreza decadente, formavam uma nova aristocracia, a nobreza de toga, como fizeram os Médici que governaram a cidade mais de uma vez por muito tempo. Essa mistura de um povo culto e republicano, que governava de forma colegiada, com as pretensões das ricas e enobrecidas famílias, que disputavam entre si o prestígio e o governo da cidade, foi o palco dos acontecimentos vivenciados por Maquiavel.

Nessa disputas, triunfaram ora os cidadãos florentinos, cultos e livres como Maquiavel, ora as famílias burguesas como os Alberti, os Strozzi ou os Médici. (TENENTI, 1973). Tudo isso em um cenário de grande desenvolvimento econômico e uma notável cultura que agregava intelectuais e artistas reconhecidos mundialmente, desde de Dante Alighieri, Francesco Petrarca, Giovanni Boccaccio ou então Giotto di Bondone, sem contar com outros mais jovens como Filippo Brunelleschi, Donatello, Masaccio, Leon Battista Alberti e ainda Leonardo da Vinci e Michelangelo Buonarroti. (BURKE, 1999).

Esse humanismo da cidade toscana, que introduz o Renascimento na Europa, representou uma ameaça e um golpe ao monopólio cultural eclesiástico romano que faz de Florença um alvo a ser combatido ou conquistado, mas também criou uma cidade onde intelectuais renovados pelo humanismo renascentista galgavam cargos políticos importantes, fatos que instruíam um debate cidadão.



Imagem1- Giuseppe Zocchi- Piazza della Signoria a Firenze. c. 1744.  
Fonte: FLORENCE in pictures, 2016.

Espaços públicos arejados e diferentes da concepção medieval, onde ruas estreitas e escuras afastavam a possibilidade de convívio social, a cidade florentina convidava à convivência em grandes praças que configurava uma nova forma de comunidade autônoma, rica financeiramente, espetacular nas artes e no desenvolvimento intelectual.

## 2. O CIDADÃO

Exemplar desse intelectualismo foi Maquiavel, que ocupou cargos políticos importantes na República florentina, atividades que exerceu com grande paixão e que colocava acima de sua própria família. Porém, com a instabilidade política de sua época, foi

afastado do poder, preso, torturado e forçado ao exílio. Foi nesse período, entre 1513 e 1527, longe das atividades da prática política urbana que tanto amava, que Maquiavel escreveu suas obras mais conhecidas. Seu desejo era voltar para o que realmente lhe interessava, que era o governo florentino como consta em carta enviada ao embaixador florentino Francesco Vettori (MAQUIAVEL, 1999, p. 153).

Ainda desejaria muito que esses senhores de Medici passassem a se lembrar de mim [...]. Observar-se-ia que, nos quinze anos em que estive estudando a arte do Estado, não os dormi, nem brinquei; e a cada qual deveria ser caro valer-se daquele que à custa de outros tivesse muita experiência. E minha fé não se haveria de questionar, porque, como sempre observei, não iria rompê-la agora; e aquele que foi leal e bom por quarenta e três anos, idade que tenho, não deve ser capaz de alterar a própria natureza.

Apesar de seu conhecimento e experiência, foi esquecido e afastado de sua grande paixão que era o poder público, quando a república florentina foi substituída pelo principado da família Medici em 1512. Desgostoso e isolado, adoeceu e morreu em 1527, com 58 anos de idade, sempre esperando retornar ao poder republicano restituído nesse mesmo ano. Adoeceu por amar profundamente sua cidade e sua atividade política e também por isso produziu suas obras clássicas e mundialmente conhecidas.

Sua proposta é resultante da emergência do problema do governo e de como governar, que a partir do século XVI, e como coloca Foucault (1996a), pode ser encontrado sob diversos aspectos e, entre eles, o “problema do governo dos Estados” (p. 277). Problemática introduzida pelo surgimento dos Estados Nacionais soberanos porém, como ainda coloca o autor citado, o texto de Maquiavel se opõe à enorme produção sobre a arte do governo dos territórios e das gentes.

Nosso objetivo é mostrar que, mesmo considerado um dos primeiros autores do Estado Moderno e que inaugura uma nova forma de pensar o governo e o governante pela racionalidade inovadora renascentista, o texto de Maquiavel, *O Príncipe*, que tanto efeito e incitações produziu, é, em alguns aspectos, conservador porque dá continuidade à elementos que são comuns já no período medieval, como a manutenção do território, manutenção e controle da população e necessidade de força militar próprias ao Estado. Não

são, portanto, assuntos novos e sim recorrentes mas deslocados para a questão da soberania, em um esforço em promover o bem comum por si mesmo.

O método utilizado, baseado na proposta de Foucault (1996), em se fazer uma genealogia permite tratar os acontecimentos como singularidades que produzem efeitos de poder-saber, e devem ser estudados em sua descontinuidade, entendendo a história das práticas sociais como Paul Veyne (1998), não em sua verdade totalizadora e sim, para se compreender as especificidades dos fatos.

Assim, o que queremos ressaltar é que apesar das muitas propostas teóricas que situam Maquiavel como o primeiro grande teórico do Estado Moderno, apontado por autores como Sadek (2006, p. 24), como o autor que “descortina um horizonte para se pensar e fazer política que não se enquadra no tradicional moralismo piedoso”, entendemos que sua contribuição é enorme ao reunir e discutir problemas do nascente Estado nacional da era Moderna, mas ao mesmo tempo alguns problemas por ele tratados são continuidades deslocadas e revisitadas, como as questões do território, do militarismo e da fixação do povo em determinado território.

Isso porque, ao examinarmos algumas práticas da Baixa Idade Média podemos constatar que havia um esforço constante por parte da nobreza senhorial pela manutenção de seus territórios, necessidade derivada de uma intensa disputa pela posse e preservação da propriedade da terra. A nobreza da região europeia não mediterrânea, onde as características feudais foram marcantes, tinha dificuldades em manter a propriedade de grandes extensões territoriais em oposição ao enriquecimento da burguesia (PIRENNE, 1970).

A forma mais comum de sucessão no feudo, chamada *primogenitura cognática*, herança pelo filho mais velho vivo, com o costume de consagração dos demais filhos à vida religiosa já estava ligada à questão da não divisão da terra. No direito germânico, que predominou em muitas regiões da Europa medieval, a sucessão agnástica indica também uma preocupação com a não fragmentação dos domínios, tão cara a Maquiavel. Um outro instrumento jurídico de manutenção do território era o litígio que concentrava o poder de julgar em mãos da nobreza, com a possibilidade de confiscar terras após um litígio “medida em que a contestação judiciária assegurava a circulação dos bens, o direito de ordenar e

controlar essa contestação judiciária, por ser um meio de acumular riquezas” (FOUCAULT, 1996b, p. 65). Esse também foi um dos meios de enriquecimento e alargamento de propriedades na formação dos Estados nacionais, tema também discutido por Maquiavel.

Outro fator da continuidade medieval no texto de Maquiavel está na dificuldade que a nobreza encontrava em manter os trabalhadores no feudo devido à retração demográfica relativa à Peste Negra e à Guerra dos Cem Anos, ambas ocorridas no século XIV, que forçou uma alta salarial tanto no campo como nas cidades, necessidade que atingiu as fortunas senhoriais. Um fator agravante em relação ao trabalho nas propriedades senhoriais foi o surgimento da figura do comerciante manufatureiro, empresário que fornecia matéria prima aos camponeses para que produzissem mercadorias em troca de um salário, que seriam distribuídas no mercado internacional e intra-europeu. Essas práticas de mercado acentuavam a dificuldade em manter o trabalhador rural preso à terra pelas práticas feudais não monetárias. (FRANCO JR.; CHACON, 1989), que são também uma proposta maquiaveliana de que aos governantes é necessário ser respeitado pelo povo, controlando-o.

Um terceiro ponto de identidade entre elementos da prática nobiliária medieval e a proposta de Maquiavel para o Estado Moderno, era a necessidade de se possuir uma força militar própria e os investimentos na manutenção de exércitos como garantia necessária para os efeitos do governo. No final da Idade Média, entre os séculos XIV e XV, já estava inserida na liturgia católica uma nova invocação, que traduz a preocupação com as armas e sua posse “A fame, bello et peste, libera nos, Domine”, que traduz uma necessidade de solicitar ao divino a proteção contra as armas. Isso devido à instabilidade gerada pelas disputas militares entre a nobreza, e entre a nobreza e os reis. Vários documentos foram produzidos como o *Tratado Militar do Jouvencel*, de João de Bueil, valorizando a posse de armas e formação de exércitos próprios porque “as armas enobrecem o homem, seja ele quem for [...], já que existia uma permanência dos conflitos armados em todo o ocidente feudal”. (PERROY, 1965, p. 9-11)

Assim, em primeiro lugar a necessidade de manutenção do território, em segundo lugar a necessidade de territorialização dos indivíduos e, finalmente, a necessidade da

segurança de uma força militar própria. Três pontos importantes da obra maquiavélica são continuidades de preocupações já existentes no final da era medieval, deslocadas para a soberania da cidade de Florença, típica formação estatal do norte da Itália, e também da região de Flandres, governada por burgueses enobrecidos pelo enriquecimento comercial.

Em sua carta ao príncipe de Médici, Maquiavel aconselha-o, demonstrando as muitas maneiras de governar e conservar um território sem promover a devastação e êxodo da população, exercer a autoridade para a manutenção da soberania coordenando as forças política e militar para a manutenção do poder.

Mas há na obra de Maquiavel um importante ponto, que a nosso ver introduz uma preocupação política verdadeiramente contemporânea, que é a sua noção de cidadania e de participação nas questões públicas. E foi, justamente, por possuir esse entendimento de cidadania, típica dos homens renascentistas, é que defendeu a forma republicana de governo, e escreveu um tratado para a conquista e manutenção do Estado. Visava a defesa florentina, para não ver a sua cidade saqueada e destruída pelas forças estrangeiras, por um exército de mercenários ou por príncipes sem virtú.

### **3. A NOVIDADE**

É na defesa de uma nova forma de cidadania, típica de homens dotados de um novo humanismo urbano e estatal, que encontramos a genialidade e inovação do texto de Maquiavel. Muito precocemente o autor entendeu que a cidadania, que emergia juntamente com a formação do Estado nacional, não poderia ser desprezada pelo governante para assegurar seu poder em determinado território e, que as ações dos governos de um Estado nascente deveriam ser muito diferentes daquelas praticadas pela nobreza medieval.

A cidadania da Renascença, partia do pressuposto que homens livres eram sujeitos de direito e deveres para com o seu Estado, ainda baseada em princípios clássicos da Grécia e Roma. Marcava uma forte ligação com o governo de suas cidades republicanas e livres e a participação no governo desses burgos.

Os homens do Renascimento, sem medo e livres, que afirmavam os direitos do indivíduo e escreviam uma literatura desafiante da qual o Homem era o herói, o



que invocava a fria certeza da ciência no lugar dos consolos da religião (CLARK, 1963, p. 23).<sup>2</sup>

Uma cidadania renascentista, essa é, de fato, uma ideia que se opôs fundamentalmente à antiga ordem medieval, onde não havia a consideração de um indivíduo e sim de um grupo de trabalhadores ligados à um domínio senhorial.

O Renascimento caracterizava-se por uma forma de Estado tirânico, baseado apenas na consideração das relações de força, onde somente tem êxito o *uomo singolare*, o *uomo unico*; daí o desencadeamento do individualismo, a sede de glória e de grandeza (MOUSNIER, 1973, p.2).

Quando Maquiavel afirma serem os efeitos da ação política que deveriam ser julgados e não a ação do governante, no que foi muito mal interpretado, ele não está afirmando que os fins justificam os meios e sim, que os bons efeitos de uma ação governamental é que mostram se a ação foi boa. Proposta inovadora, de não julgar o governante e sua política nem pela moral nem pelas crenças religiosas, mesmo que as ações possam parecer injustas, violentas ou não cristãs. Uma boa ação é aquela que traz bons resultados sociais, promovem os cidadãos, trazem segurança, prosperidade e liberdade social, ou seja, bem servem à comunidade. Não seria tal ideia um atual anseio da população?

Os Estados bem organizados e os príncipes sábios estudam com interesse a maneira de poupar os aborrecimentos aos grandes, e como agradar ao povo e mantê-lo satisfeito. Esse é um dos assuntos mais importantes com que os príncipes se devem ocupar. (MAQUIAVEL, 1999, p. 115).

A produção intelectual de Maquiavel é enorme e abrangente, típica de um renascentista, e foi produzida em período relativamente curto, a maior parte entre 1513 e 1520, incluindo sua última e monumental obra sobre a *História de Florença*, longo texto encomendado pela Universidade de Florença cujo reitor era um membro da família Médici, o cardeal Julio de Médici, a mesma família que o isolou do poder político em 1512, com

---

<sup>2</sup> Tradução livre: “Los hombres del Renacimiento. sin miedo y libres, que afirmaban los derechos del individuo y escribían una literatura desafiante, de la cual el Hombre era el héroe, o que invocaban la fría certintubre de la ciencia em lugar de los consuelos de la religión”.

acusações que o levaram primeiramente à prisão e depois ao exílio, tão difícil para o homem público e tão produtivo ao escritor.

A obra de Maquiavel marcou o estudo do Estado Moderno, iniciado com a enorme concentração de poder em mãos reais a partir do século XV. Embora seu texto mais conhecido seja um tratado “da habilidade do príncipe em conservar seu principado” (FOUCAULT, 1996a, p. 280), estimulou a produção intelectual sobre a arte de governar esse novo tipo de espaço soberano, o Estado Moderno. Sua obra, e particularmente *O Príncipe*, dá início à discussão sobre a razão de Estado, formação de território, soberania e construção de uma finalidade para um povo, assuntos importantes e ainda tão atuais. O interessante é que esse início tenha ocorrido justamente em uma região, a Toscana, na qual essa centralização não era possível, embora desejada, limitando a soberania à uma cidade e seu entorno.

A preocupação maquiavélica foi a do fortalecimento do poder em espaços territoriais reduzidos, potencializando o governo para evitar as conquistas estrangeiras, e a construção de espaços soberanos garantidos por um príncipe virtuoso e protegido pelas armas nacionais, esses são os temas medievais deslocados para o urbano, para a cidade de Florença, tão cara ao cidadão Maquiavel.

É justamente por esse motivo que afirmamos que Maquiavel foi um grande cidadão renascentista, que construiu uma nova relação com o urbano, em um tempo em que a maior parte da população italiana, incluindo o norte, vivia e trabalhava na terra e onde “muitos eram analfabetos e todos dependiam de representações animadas de poder. Essa perspectiva torna as inovações culturais do período ainda mais notáveis” (BURKE, 1999, p. 10).

Existe sobre o período da vivência de Maquiavel, um espanto dos séculos posteriores sobre a imensa produção de artes variadas, como a pintura, escultura e arquitetura, além das discussões sobre política, ética, cidadania e direitos, particularmente concentrados em Florença, uma cidade com cerca de 60 mil habitantes, sustentada por comerciantes ricos e enobrecidos, grandes financistas do mercado mundial onde os direitos políticos eram ativados a partir dos quatorze anos de idade.

Essa cidade toscana é o caso “quase único de uma grande comuna medieval que tenta erigir-se em estado territorial, conservando sua situação republicana” (TENENTI,

1968, p. 15). Nessa cidade, onde Maquiavel viveu, a população era tida como um corpo político de modelo aristotélico, onde o próprio Maquiavel entendia ser o governante um médico desse corpo político no qual “as perturbações políticas no início são difíceis de diagnosticar, mas fáceis de curar, e no fim são fáceis de diagnosticar e difíceis de curar” (MAQUIAVEL apud BURKE, 1999, p. 226). Foi essa mesma cidade, amada pelo nosso autor, um ponto de difusão de ideias de um público educado para a arte e para o econômico em um espaço coletivo que misturava arte, ideias e mercado.

## CONCLUSÃO

Longe dessa vida urbana e da prática política, impostas pelo castigo do afastamento público, vivendo em sua propriedade rural é que teria o cidadão Maquiavel, em sua solidão, adoecido pela proibição de vivenciar sua querida cidade de Florença? Esse autor, considerado por muitos, quase que solitário na construção de um “tratado sobre a habilidade do príncipe em conservar o seu principado” (FOUCAULT, 1996, p. 280) foi com certeza um cidadão virtuoso, ao fazer de sua experiência política uma obra com efeitos contemporâneos.

Para um estudo do Estado atual, nesse início do século XXI, deve-se, primeiramente entender a contribuição de Maquiavel de como governar o Estado, de como se constitui seu povo e o que quer o cidadão. Esse é o início do percurso e, com certeza, da aquisição de conhecimento sobre um autor que, antes da teoria política, vivenciou um dos momentos fundamentais na construção do Estado Moderno, ao qual estamos todos vinculados. O cidadão Maquiavel, governante de Florença, teórico da arte de governar e da construção da cidadania moderna foi um dos primeiros autores que entendeu a importância da política e da ação governamental para a segurança, prosperidade e liberdade dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. *O renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- CLARK, George. *La Europa moderna: 1540-1720*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

DUBY, Georges. Vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Cia da Letras, 1990. v. 2, p. 163-311.

FLORENCE in pictures. Disponível em: <<http://www.splc2014.net/florence-in-pictures.html>>. Acesso em: 12 maio 2016.

FOUCALT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996a.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau/PUC-RJ, 1996b.

FRANCO JR., Hilário; CHACON, Paulo Pan. *História econômica geral*. São Paulo: Atlas, 1989.

MAQUIAVEL. Carta a Francesco Vettori de 10 de dezembro de 1513. In: MAQUIAVEL. *O príncipe: comentado por Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. *O príncipe e Escritos políticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MOUSNIEER, Roland. *Os séculos XVI e XVII: os progressos da civilização europeia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

PERROY, Édouard (org.). *A Idade Média: os tempos difíceis*. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

\_\_\_\_\_. *História econômica e social da Idade Média*. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Médici*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4.ed. Brasília: UNB, 1998.